Macroeconomia

Prof. Regis Augusto Ely

Departamento de Economia Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Fevereiro 2013

1 Componentes do produto

O dispêndio total de uma economia corresponde à demanda agregada, enquanto que o produto total corresponde à oferta agregada. Ambas conceitos são equivalentes à renda agregada, ou seja, o somatório do fluxo de pagamentos dos fatores de produção (salários, juros, lucros, aluguéis, etc.). Isso é resultado da identidade macroeconômica básica, vista anteriormente.

Assim como nosso modelo de equilíbrio de mercado, teremos uma curva de oferta agregada e uma curva de demanda agregada, que corresponderão a oferta e demanda de todos os produtos da economia.

A oferta agregada dependerá da utilização dos fatores de produção, existindo dois modelos distintos com hipóteses diferentes para descrever o comportamento da curva de oferta. O modelo clássico e o modelo keynesiano.

Já a demanda agregada, vimos que podemos descrevê-la através da equação:

$$Y = C + I + G + X - M \tag{1}$$

onde Y é o produto ou demanda agregada, C é o consumo agregado, I é o investimento, G o gasto do governo, X as exportações e M as importações. Cada um desses componentes depende de outros fatores que veremos mais a frente.

2 Oferta agregada

A oferta agregada corresponde ao total de produto que as empresas e famílias estão dispostas a oferecer em um determinado período de tempo, a um determinado padrão de preços. Assim, corresponde a agregação das curvas de oferta de todas as empresas.

Sabemos que a curva de oferta possui uma inclinação positiva, entretanto, o formato e a inclinação dessa curva é motivo de controvérsia entre os economistas. Por isso temos dois casos extremos da oferta agregada, a clássica e a keynesiana.

2.1 Oferta agregada clássica

O modelo clássico considera as seguintes hipóteses:

- 1. Completa flexibilidade de preços e salários: como os preços e salários são flexíveis, as forças de mercado tendem a equilibrar a economia a pleno emprego, sendo este o ponto em que a oferta e a demanda de mão-de-obra se igualam.
- 2. Neutralidade da moeda: como o nível de emprego é determinado pelas forças de mercado, a quantidade de moeda na economia afeta apenas o nível geral de preços, ou seja, as variáveis reais, bem como os preços relativos, não são afetados pela política monetária.
- 3. Lei de Say: a oferta cria sua própria demanda, sendo assim, a demanda agregada não é um fator determinante do nível de produto da economia.

De acordo com a hipótese da flexibilidade de salários, caso haja desemprego em uma economia, ou seja, excesso de oferta de trabalhadores devido ao salário médio estar acima do salário de equilíbrio, então os trabalhadores desempregados estarão dispostos a receber menos até o ponto em que não haja mais desemprego, fazendo com que a economia se encontre sempre no ponto de pleno emprego, conforme demonstrado na Figura 1. Isso apenas ocorre pois os salários podem baixar, não havendo contratos salariais rígidos.

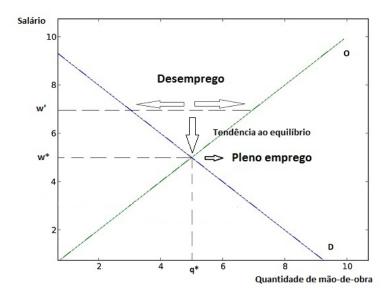


Figura 1: Equilíbrio do mercado de trabalho

Dado que a economia sempre se encontra no nível de pleno emprego, o nível do produto não pode ser aumentado através do deslocamento da curva de demanda, apenas pelo deslocamento da curva de oferta. Isso se dá através do aumento da produtividade da mão-de-obra, redução dos custos de produção, avanços tecnológicos, entre outros. Esses fatores ocorrem geralmente no longo prazo.

A Figura 2 demonstra o comportamento da curva de oferta agregada clássica, que será completamente vertical. Assim, o nível de pleno emprego será determinado pela curva, e o deslocamento da demanda agregada não irá influenciar no produto, apenas no nível geral de preços.

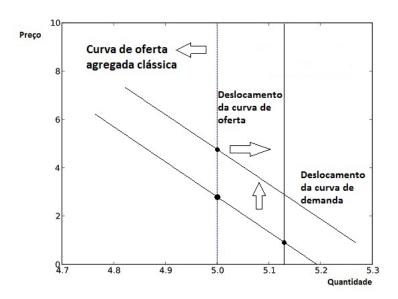


Figura 2: Oferta agregada clássica

2.2 Oferta agregada keynesiana

O modelo keynesiano considera as seguintes hipóteses:

- 1. Inflexibilidade para baixo dos salários nominais: considera-se que os salários são rígidos, não podendo ser reduzidos devido a contratos salariais que protegem os trabalhadores. Assim, a economia pode não estar em pleno emprego.
- 2. Princípio da demanda efetiva: para analisarmos o nível de produto e emprego, devemos olhar para a demanda agregada, sendo esta impulsionada pelo consumo, investimento e gasto do governo.
- 3. Espírito animal: o investimento sofre oscilações devido a mudança do estado de espírito e otimismo dos empresários, impactando a demanda agregada e o produto.
- 4. **Intervenção governamental:** o Estado pode estabilizar e promover crescimento através do fomento à demanda agregada.

De acordo com o modelo keynesiano, se o mercado de trabalho se encontra em um ponto onde o salário médio está acima do salário de equilíbrio, ocasionando desemprego, conforme Figura 1, a economia não consegue atingir o pleno emprego pois os salários são inflexíveis para baixo, permanecendo no patamar w'.

Assim, o governo pode aumentar o nível de emprego e produto através do deslocamento da demanda agregada. Os principais componentes da demanda são o consumo privado, o investimento e o gasto do governo. Como o consumo é estável ao longo do tempo e o investimento possui caráter muito volátil, o governo procura aumentar o gasto para deslocar a curva de demanda e assim diminuir o nível de desemprego e aumentar o produto de equilíbrio. Isso está exemplificado na Figura 3.

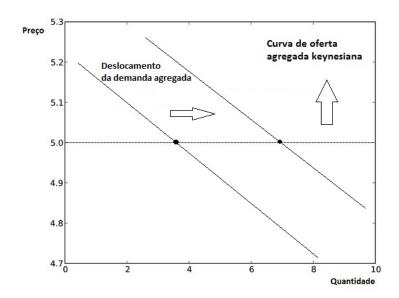


Figura 3: Oferta agregada keynesiana

O modelo keynesiano se aproxima mais da realidade de curto prazo, visto que salários são mais rígidos no curto prazo e assim os governos podem reduzir o nível de desemprego através do deslocamento da demanda agregada. Entretanto, no longo prazo, o modelo clássico é mais apropriado, sendo o crescimento gerado apenas pelo deslocamento da curva de oferta agregada.

3 Demanda agregada

Os componentes da demanda agregada são o consumo, o investimento, o gasto do governo, as exportações e as importações. Cada um desses componentes dependem de alguns fatores que o determinam.

3.1 Consumo

O fator que mais influencia na determinação do consumo dos indivíduos é o nível de renda. Assim, podemos descrevê-lo como uma função da renda:

$$C(y) = b + cy (2)$$

onde y é o nível de renda, b é o consumo mínimo dos indivíduos, e c é a propensão marginal a consumir, que descreve a relação entre um acréscimo no consumo desejado em decorrência de um acréscimo na renda dos indivíduos. Temos que 0 < c < 1, de modo que as pessoal optam por consumir uma parcela c da sua renda.

Note que o consumo é uma função crescente da renda, pois quanto maior essa, maior será o consumo dos indivíduos.

3.2 Investimento

Conforme definimos anteriormente, o investimento corresponde à toda produção e acúmulo de bens destinados a produção futura. Assim, investimento é o total de produção de bens de capital e variação nos estoques de bens finais.

Quando um empresário toma a decisão de realizar um investimento, sua principal variável de interesse é a taxa de juros da economia, visto que se o investimento tiver retorno inferior a esta, ele não compensará o risco incorrido pelo empresário. Assim, podemos descrever o investimento agregado como uma função descrescente da taxa de juros real da economia I(r), pois quanto maior for r, menor o incentivo para o empresário tomar empréstimos e aumentar o nível de seus investimentos.

Além da taxa de juros real, outro fator importante e determinante do investimento são as expectativas. Como as decisões de investimento estão permeadas de incertezas, dependendo de condições tecnológicas, custos, especulação e ambiente institucional, elas têm um caráter oscilatório, de difícil previsão.

3.3 Gasto do governo

O governo tem a função de fornecer bens e serviços públicos através da arrecadação de impostos, T. O montante de gasto público, G, é determinado unilateralmente pela política fiscal adotada pelo governo. Se o governo gasta mais do que arrecada, G > T, então dizemos que o governo realiza uma política fiscal expansionista. Caso contrário, G < T, então o governo realiza uma política fiscal contracionista.

O aumento do gasto público, G, correspondendo a uma expansão na política fiscal, está associado a um deslocamento da curva de demanda agregada. Essa é a principal varíavel de controle do governo na demanda agregada.

3.4 Exportações líquidas

As exportações líquidas correspondem ao montante de produto que foi exportado para outros países menos o montante de produto importado de outros países. Entre as variáveis que determinam o montante de exportação e importação de uma economia estão o nível de renda e a taxa de câmbio real.

A taxa de câmbio refere-se a relação de troca entre duas unidades monetárias distintas, de países diferentes. No Brasil, definimos a taxa de câmbio nominal em R\$/US\$, sendo a quantia em reais equivalente a um dólar. A taxa de câmbio real é essa mesma quantia multiplicada pela razão entre o nível de preços do exterior e o nível de preços brasileiro, ou seja:

$$\theta = \frac{EP*}{P} \tag{3}$$

onde P* são os preços no exterior, P os preços nacionais, E a taxa de câmbio nominal, e θ a taxa de câmbio real.

Assim, as exportações irão depender do nível de renda externo e da taxa de câmbio real, pois corresponde ao montante de produto comprado pelo exterior, $X(\theta, Y*)$. Já as importações dependerão do nível de renda nacional e da taxa de câmbio real, pois corresponde ao montante de produto que compramos do exterior, $M(\theta, Y)$.

A principal diferença entre as duas medidas é que as exportações dependem positivamente da taxa de câmbio real, pois quanto mais desvalorizada esta, maior serão as exportações. Além disso, quanto maior a renda externa, maior serão as exportações. Já as importações dependem negativamente da taxa de câmbio real, pois quanto mais valorizada a moeda nacional, maior o poder de compra dos consumidores em relação ao produto estrangeiro. Além disso, quanto maior a renda nacional, maior o montante gasto em importações.

Concluímos então que as exportações líquidas dependem positivamente da taxa de câmbio real, positivamente do nível de renda externo, e negativamente do nível de renda nacional.

4 Produto potencial e efetivo

O **PIB potencial** de uma economia é a quantidade total de bens produzidos por uma economia se ela empregasse todos os fatores de produção, ou seja, estivesse a pleno emprego.

O **PIB efetivo** corresponde a produção total da economia que é realizada de fato, ou seja, o que realmente está sendo produzido.

A diferença entre o PIB potencial e efetivo corresponde ao **hiato do produto**, ou seja, o quanto de produto poderíamos produzir além do nível atual.

Referências

Pinho, D. B. et al (2006). Manual de economia - equipe de professores da USP. Ed. Saraiva.

Vasconcellos, M. A. S. de et al (2000). Manual de macroeconomia: básico e intermediário. Ed. Atlas.